



EDITORIAL

Elisabete Linhares

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal

elisabete.linhares@ese.ipsantarem.pt

Neusa Branco

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal

neusa.branco@ese.ipsantarem.pt

João Samartinho

Escola Superior de Gestão e Tecnologia, Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

samartinho@esg.ipsantarem.pt

A prática pedagógica constitui uma janela de oportunidades múltiplas para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes que frequentam os Mestrados que habilitam para a docência. Trata-se de um processo essencial para a entrada na vida profissional dos futuros educadores e professores. A existência de múltiplos desafios característicos de cada contexto desencadeia nos futuros profissionais de educação sentimentos muitas vezes contraditórios acompanhados de inquietações diversas às quais procuram dar resposta.

O presente número da Revista da UI-IPSantarém no domínio de investigação de Ciências Sociais e Humanidades tem como tema principal “Investigação na Prática Pedagógica: o contexto de formação inicial de Professores e Educadores”. Dentro desta temática inclui um conjunto de trabalhos desenvolvidos no âmbito de processos de investigação centrados na prática e no processo de aprendizagem profissional que decorrem nos cursos de formação de professores e de futuros professores, que nos remetem para percursos de aprendizagens diversificados e marcados por uma riqueza que é própria desta etapa do seu percurso profissional. A investigação sobre a própria prática pode, por um lado, ter como objetivo alterar algum aspeto da prática, após identificada a necessidade dessa mudança e, por outro lado, “procurar compreender a natureza dos problemas que afetam essa mesma prática com vista à definição, num momento posterior, de uma estratégia de acção” (Ponte, 2002, p. 7).

Sabendo que é na educação que está o âmago de cada sociedade fica o convite para a leitura deste conjunto de artigos cuja tónica está na formação de crianças e jovens com conhecimentos, capacidades e atitudes que são centrais para a formação de cidadãos com autonomia e responsabilidade para agir na sociedade, fazendo parte da mudança. Assim, são de grande relevo os desafios que se colocam à escola: “Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a

incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autônomas e responsáveis e cidadãos ativos” (ME, 2017, p. 5).

Encontram neste número um conjunto de onze artigos que integraram estudos desenvolvidos desde a Educação Pré-escolar ao Ensino do 2.º Ciclo do Ensino Básico. Complementarmente é apresentado um décimo segundo artigo integrado no domínio de investigação de presente número da revista. Do primeiro grupo de onze artigos, dois centram-se na Educação de Infância, cinco respeitam a estudos que integram a Educação de Infância e o 1.º Ciclo do Ensino Básico e quatro artigos apresentam estudos realizados no 2.º Ciclo do Ensino Básico. O décimo segundo artigo aborda a temática da utilização de uma rede de mídia social enquanto solução digital para o desenvolvimento de uma comunidade de prática”.

Creemos que o presente número contribui para uma reflexão sobre as práticas profissionais de professores e educadores em serviço e de estudantes na sua formação inicial com o intuito de promover a melhoria dessas práticas.

No artigo de Marina Constantino e Marisa Correia sobre a “A importância da aprendizagem cooperativa no ensino das ciências: Um estudo com alunos do 5.º ano de escolaridade” as autoras exploram alguns estudos nos quais se valorizam as competências de trabalho colaborativo para o sucesso dos alunos tanto a nível social como cognitivo. Neste contexto, e considerando a sua relevância na formação dos alunos, as autoras procuraram investigar se as atividades promotoras de aprendizagem cooperativa desenvolvidas numa turma do 5.º ano de escolaridade, no contexto da prática de ensino supervisionada em Ciências Naturais, influenciaram as suas aprendizagens. Apesar dos resultados do seu estudo revelarem que os alunos conseguiram adquirir conhecimentos e desenvolver competências sociais e cognitivas através do método de aprendizagem cooperativa, sublinham como é importante existir uma preparação prévia e cuidadosa dos alunos para desenvolverem o trabalho de grupo.

Recorrendo a um estudo de caso intitulado “Concepções e práticas de educadores de infância e de professores do 1.º Ciclo acerca do ensino experimental das ciências”, Susana Bretes e Marisa Correia procuraram compreender a importância atribuída pelos educadores e professores à realização de atividades práticas/experimentais para o processo de ensino-aprendizagem e quais as principais dificuldades sentidas com a sua implementação. No trabalho apresentado, as autoras identificaram que os profissionais de educação que mais importância dão à educação em ciências e às vantagens que estas podem trazer à aprendizagem são, na maioria, os mesmos que revelam uma maior abertura para a promoção do ensino experimental das ciências. Por outro lado, a falta de material e de recursos é o principal motivo apontado para a falta de implementação deste tipo de atividades. Finalizam com um alerta, através do qual se compreende que a falta de formação específica na área que pode condicionar práticas com esta orientação, refletindo-se, assim, nas aprendizagens proporcionadas às crianças e aos alunos.

O estudo realizado por Joana Galvão e Ramiro Marques, intitulado “Como envolver os pais nas práticas educativas na Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico?”, procura compreender a valorização da relação escola-família nestes dois contextos por parte das famílias e a evolução das parcerias. Para tal apresenta uma perspetiva histórica, tendo em conta a legislação e os programas oficiais dessas valências. Foca a diferença entre os níveis de ensino, dando um maior relevo ao papel que o docente deve adotar como mediador da parceria entre a escola e a família. A recolha de dados envolve famílias, educadores e professores de 1.º Ciclo do Ensino Básico, uma Coordenadora Pedagógica e crianças das duas valências. Da discussão dos resultados evidencia-se a importância de não se criarem diferenças entre os dois níveis de ensino e de se utilizarem estratégias diversas e eficientes, permitindo anular os obstáculos que podem advir da transição. Os autores destacam ainda que sem o envolvimento dos pais e da comunidade em geral, articulando e partilhando responsabilidades educativas entre elas, a transformação do sistema educativo não seria possível.

O artigo intitulado “Promoção da autorregulação da aprendizagem das crianças: A aplicabilidade de um instrumento de apoio à prática pedagógica na formação inicial de educadores/as e professores/as” de Isabel Piscalho, Ana Margarida Veiga Simão, Daniela Ferreira, Diana Felizardo

e Micaela Conde apresentam uma experiência formativa de três estudantes do mestrado em Educação Pré-escolar e ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, envolvendo a utilização da Lista de Desenvolvimento da Aprendizagem Independente (CHILD) como um instrumento de apoio à prática pedagógica nos estágios em contexto de jardim de infância e de 1.º Ciclo do Ensino Básico. O artigo apoia-se na análise das narrativas das estudantes para averiguar as potencialidades deste instrumento na investigação da própria prática, reflexão e formação. As autoras destacam que a abordagem formativa contribuiu para que as futuras educadoras e professoras proporcionassem oportunidades efetivas e essenciais ao desenvolvimento de competências de autorregulação ajustadas às necessidades das crianças dos 5 aos 7 anos, num período marcado pela transição de contexto. Tendo por base a discussão dos resultados, as autoras apontam que a formação inicial deve contemplar o conhecimento teórico e vivencial do construto da aprendizagem autorregulada, de modo que nas suas práticas futuras, professores e educadores, promovam intencionalmente e desde cedo, uma aprendizagem autorregulada nas crianças.

Mónica Pedreira e Isabel Piscalho, no seu artigo intitulado “A aprendizagem cooperativa como estratégia na Educação Pré-escolar”, destacam que a aprendizagem cooperativa parece ser uma estratégia muito eficaz para diferenciar no contexto educativo. Tendo esta ideia como ponto de partida, as autoras desenvolvem uma investigação-ação que visa conhecer o conceito de aprendizagem cooperativa na Educação Pré-escolar, compreender de que forma se utiliza a aprendizagem cooperativa como estratégia na Educação Pré-escolar, conhecer o papel do educador a partir da utilização da aprendizagem cooperativa e descrever as interações que as crianças estabelecem entre si e com o educador de infância durante o momento de aprendizagem cooperativa. Neste sentido, realizaram oito atividades cooperativas com as crianças e utilizaram registos videográficos, diários de bordo e grelhas de competências sociais para recolha de dados. Os resultados que obtêm mostram que as crianças têm mais facilidade em distribuir tarefas quando se encontram em grupos de dois elementos. Nas atividades cooperativas realizadas as crianças aprenderam a refletir sobre a sua participação e desempenho nas atividades, sendo capazes de evidenciar o que tinha corrido bem e o que deveriam melhorar.

Ana Sofia Bento e Neusa Branco apresentam um estudo que tem como tema a avaliação formativa, sob o título “Avaliação formativa no ensino-aprendizagem da Matemática: o uso de feedback escrito com alunos de 2.º Ciclo”. O trabalho tem enfoque numa experiência que envolve o papel do feedback escrito pelo professor no processo de ensino-aprendizagem de alunos de 5.º ano em Matemática. No âmbito da prática pedagógica são realizadas, por 45 alunos, tarefas matemáticas evidenciando-se três momentos do processo ensino-aprendizagem. No primeiro momento os alunos resolvem quatro tarefas que são avaliadas e comentadas com feedback escrito, no segundo momento os alunos reformulam e melhoram a sua resposta tendo por base esse feedback e no terceiro momento resolvem um novo conjunto de quatro tarefas de natureza idêntica. Apesar de alguns alunos revelarem pouca autonomia na análise do feedback escrito, as autoras destacam que os resultados evidenciam a sua pertinência e eficácia na melhoria das aprendizagens relativamente a procedimentos matemáticos e à capacidade de resolução de problemas. Assim, as autoras destacam a importância deste se tornar uma prática regular na sala de aula.

Liliana Almeida e Neusa Branco apresentam um artigo intitulado “Erros cometidos por alunos de 6.º ano a operar com números racionais”. As autoras salientam que o professor deve analisar as produções dos alunos para apoiar decisões na sua prática, nomeadamente para tomar um erro de um aluno como um ponto de partida para a aprendizagem. As autoras apresentam um estudo focado na análise de erros com números racionais, em tarefas matemáticas em que os alunos têm de analisar resoluções dadas, identificando se estão ou não corretas. O estudo centra-se nas produções escritas de 58 alunos de 6.º ano em quatro tarefas, em que duas envolvem expressões numéricas e outras duas envolvem situações problemáticas. Na resolução de expressões numéricas com os números representados na forma de fração, a maioria dos alunos utiliza corretamente as regras das operações. As suas dificuldades manifestam-se quando têm de reconhecer erros nas resoluções dos problemas, destacando-se na interpretação do problema e no uso incorreto de métodos ou de relações entre representações.

Pensar criticamente é deveras fundamental numa sociedade cujas mudanças acontecem a um ritmo frenético e nos colocam perante potenciais riscos que devemos saber avaliar. Formar crianças com

vista a promover capacidades de pensamento crítico é uma preocupação evidenciada no artigo “Atividades experimentais promotoras de pensamento crítico nas aulas de Ciências Naturais do 2.º CEB” de Sónia Roda e Elisabete Linhares. Através de uma investigação sobre a própria prática profissional realizada com alunos do 5.º ano de escolaridade na disciplina ciências naturais, pretendeu-se compreender a influência das atividades experimentais no desenvolvimento de capacidades de pensamento crítico desses alunos. Com essa finalidade, as autoras aplicaram o Teste de Pensamento Crítico de Cornell (Nível X) antes e após a realização das atividades experimentais. As capacidades de pensamento crítico foram ainda analisadas através das experiências. As atividades parecem contribuindo para melhorar o nível de pensamento crítico dos alunos, permitindo ainda o desenvolvimento do seu raciocínio lógico, das capacidades de comunicação, bem como a colaboração entre colegas e a autonomia.

O estudo desenvolvido por Magda Antunes e Helena Luís transporta-nos para o “mundo do brincar” na Educação de Infância. O trabalho “Brincar na Educação de Infância: Conceções e Intencionalidade educativa dos/as educadores/as de infância” esclarece-nos quanto ao papel pedagógico do/a Educador/a e sobre a relevância do brincar no desenvolvimento e aprendizagem da criança. Os dados obtidos com recurso a um questionário aplicado a 90 educadores/as de infância foram analisados com auxílio do Software WebQDA. Os profissionais inquiridos destacaram a importância do brincar na vida quotidiana das crianças e ainda que não participem com muita frequência nas suas brincadeiras, planificam os momentos de atividades livres, por exemplo, preparando o espaço. As autoras deste artigo destacam também a pertinência da avaliação no brincar, como meio para tornar evidente o desenvolvimento de competências das crianças, tendo em linha de conta todas as áreas de conteúdo contempladas nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar.

O artigo de Isabel Correia e Ramiro Marques, intitulado “O envolvimento dos pais na educação cívica das crianças como promotor do desenvolvimento da responsabilidade”, tem por objetivo compreender em que medida o envolvimento dos pais na educação das crianças promove a sua responsabilidade, tomando como variável a pontualidade. A observação participante, a pesquisa documental e a entrevista fornecem dados relativamente ao fenómeno em estudo. Os resultados evidenciam que a pontualidade, entendida como um ato cívico pelos autores, é importante no desenvolvimento do valor responsabilidade na criança. O estudo apresentado permite-nos compreender como a complementaridade de atuações, através de uma melhor ligação escola-família, se reveste de grande importância na formação cívica das crianças. Os encarregados de educação têm um papel crucial na vida dos filhos e as suas ações condicionam a forma como cada criança se relaciona com os outros e consigo própria. Assim, os valores transmitidos em casa, como compreender a importância da pontualidade (dando o exemplo) ajudam a uma maior responsabilidade dos educandos, constituem-se como elementos fundamentais ao seu equilíbrio emocional e bem-estar.

A Interculturalidade é a problemática que Rita Lopes e Leonor Santos nos trazem para encerrar este número, num artigo denominado “Conceções e práticas de educação intercultural em Pré-escolar e 1.º CEB”. Um fenómeno que se tem vindo a acentuar, na atualidade, e que requer um olhar atento de todos os setores... Um deles, é certamente, o da educação. As autoras desafiam-nos a pensar na realidade social e culturalmente heterogénea que existe nas escolas atuais que não se compactua com aulas planificadas por idades seguindo um padrão uniformizado de alunotipo. No estudo empírico que nos apresentam pretenderam aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre a temática da escola como espaço de encontro de diversidade cultural e a educação intercultural. Os dados obtidos indicam que a educação intercultural pode ser abordada a partir de todas as áreas de conhecimento, necessitando que o professor alargue os seus próprios conhecimentos sobre os diversos sistemas culturais e os diferentes estilos de aprendizagem, para proporcionar práticas mais significativas para o grupo de crianças com o qual trabalha. Para isso, a formação contínua e o desenvolvimento das competências interculturais dos agentes educativos assumem um papel fundamental.

O último artigo deste número da autoria de Maria Barbas, Pedro Matos, Ricardo Raminhos e Elsa Casimiro, demonstra a solução digital para o desenvolvimento de uma comunidade prática através da utilização de uma rede mídia social para jovens europeus com síndrome de *down*. Nesta

perspetiva são abordados os conceitos de “rede de mídia social” e de “comunidade de prática” assim como a forma de transmitir as e-competências que devem ser fornecidas/adquiridas a estes jovens europeus com síndrome *down* utilizando-se para o efeito a estratégia da promoção de atividades culturais e turísticas.

REFERÊNCIAS

- Ministério da Educação (ME) (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ponte, J. P. (2002). Investigar a nossa própria prática. In GTI (Org.), Reflectir e investigar sobre a prática profissional (pp. 5-28). Lisboa: APM.